



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª Câmara de Coordenação e Revisão**

VOTO Nº 8771/2013

REPRESENTAÇÃO CRIMINAL Nº 5007255-61.2013.404/7002/PR

ORIGEM: 1ª VF CRIMINAL DE FOZ DO IGUAÇU/PR

PROCURADOR DA REPÚBLICA OFICIANTE: PEDRO CARVALHO  
AGUIRRE FILHO

RELATOR: JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

INQUÉRITO POLICIAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (CP, ART. 1º, INCISO I). OMISSÃO NO LANÇAMENTO, TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS. MPF: ARQUIVAMENTO POR CONSIDERAR INCONSTITUCIONAL A CRIMINALIZAÇÃO DA CONDIÇÃO DO DEVEDOR. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (CPP, ART. 28, C/C LC 75/93, ART. 62, INC. IV). CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA OFERECER DENÚNCIA.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado em razão de representação fiscal para fins penais, dando notícia da omissão de receitas auferidas nos anos de 2002 e 2003, para apurar a suposta prática de crime contra a ordem tributária (Lei n.º 8.137/90, art. 1º, inciso I).

2. O il. Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento dos autos, por entender inconstitucional a prisão civil de devedor. Discordância do i. Juiz Federal que não homologou o arquivamento, porque típica a conduta em exame; destacou, ainda, que *“manobras efetivadas para evitar a tributação ensejam, em tese, a aplicação das sanções penais cominadas pela Lei n.º 8.137/90.”*

3. Consoante entendimento firmado pelo Excelso Pretório: *“A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a prisão em decorrência de crimes contra a ordem tributária, por sua natureza penal, em nada se aproxima de prisão civil por dívida.”* (STF - RE 630495 AgR, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe PUBLIC 25-05-2011)

4. Crédito tributário constituído definitivamente. Prova da materialidade e indícios de autoria existentes.

5. Não homologação do arquivamento e designação de outro membro do *Parquet* Federal para prosseguir na persecução penal.

Trata-se de inquérito policial instaurado em razão de representação fiscal para fins penais nº 10935.003148/2006-11, dando notícia da omissão de receitas auferidas nos anos de 2002 e 2003, para apurar a suposta prática de crime contra a ordem tributária (Lei n.º 8.137/90, art. 1º, inciso I), praticado pela pessoa jurídica ROADICLANE INDÚSTRIA E EMPATOCAMENTO LTDA.

2. O i. Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento dos autos, por entender inconstitucional a prisão civil do devedor. Consignou que *“a dívida, seja ela qual for, não pode ser motivo para que uma pessoa seja levada à prisão.”* (fl. 4v)

3. Houve discordância do i. Juiz Federal que não homologou o arquivamento, por considerar típica a conduta em exame; destacou, ainda, que *“manobras efetivadas para evitar a tributação ensejam, em tese, a aplicação das sanções penais cominadas pela Lei n.º 8.137/90.”* (fl. 119v)

4. Os autos foram remetidos a esta 2ª CCR, nos termos do art. 28 do CPP c/c art. 62, IV, da LC n.º 75/93.

É o relatório.

5. Com razão o magistrado.

6. Inicialmente, cumpre ressaltar que não há inconstitucionalidade na privação de liberdade daquele que pratica condutas penalmente tipificadas na Lei n.º 8.137/90, consoante entendimento do Excelso Pretório, por se tratar de prisão de natureza penal, ou seja, pela prática de crime:

“Agravamento regimental do recurso extraordinário. Matéria Criminal. Prequestionamento. Ofensa reflexa. Precedentes. Prisão civil por dívida. Inocorrência. 1. Não se admite o recurso extraordinário quando os dispositivos constitucionais que nele se alega violados não estão devidamente prequestionados. Incidência das Súmulas nºs 282 e 356/STF. 2. Inadmissível, em recurso

extraordinário, o exame de ofensa reflexa à Constituição Federal e a análise de legislação infraconstitucional. 3. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a prisão em decorrência de crimes contra a ordem tributária, por sua natureza penal, em nada se aproxima de prisão civil por dívida. 4. Agravo regimental não provido.” (STF - RE 630495 AgR, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 22/02/2011, DJe PUBLIC 25-05-2011)

7. Assim, não há ilegalidade no prosseguimento da persecução penal, a fim de se apurar a prática de crime contra a ordem tributária.

8. Acresça-se que houve omissão da empresa representada em declarar as receitas auferidas nos anos 2002 e 2003 (fl. 2), merecendo destaque da decisão exarada à fl. 118, pelo i. Magistrado Federal:

*“...Em síntese, verifico que restou demonstrada na seara administrativa a prática de infração tributária, decorrente da movimentação financeira havida nas contas bancárias n.ºs 7.710.1000-0 e 1.707.680-9 da agência 0587 do Banco Real, nos anos calendários 2002 e 2003, sem qualquer declaração à Receita Federal por ocasião da apresentação da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica nos anos de 2003 e 2004, fato que caracteriza, em tese, omissão de receita tributável e o crime previsto no artigo 1º, inciso I, da Lei n.º 8.137/90...” (fl. 118)*

9. Demonstrada a constituição definitiva de crédito tributário consoante informações prestadas pela Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional, à fl. 84, pertinente o prosseguimento da persecução penal, posto que presentes prova da materialidade e indícios de autoria.

Com estas considerações, voto pela não homologação do arquivamento e designação de outro membro do *Parquet* Federal para prosseguir na persecução penal.

Encaminhem-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná para cumprimento, cientificando-se o Procurador da República oficiante e o Juízo da 1ª Vara Federal de Foz do Iguaçu, Seção Judiciária do Estado do Paraná, com as nossas homenagens.

Brasília/DF, 21 de outubro de 2013.

**José Bonifácio Borges de Andrada**  
Subprocurador-Geral da República  
Membro Titular – 2ª CCR

/PMSR